

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 596.819 - SP (2014/0252520-0)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**EMBARGANTE : ROSELI DI GIACOMO PATREZE**  
**ADVOGADO : MILTON MARTINS E OUTRO(S) - SP030449**  
**EMBARGADO : VECOL VEÍCULOS LTDA**  
**ADVOGADO : MAURO AUGUSTO MATAVELLI MERCI E OUTRO(S) - SP091461**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos declaratórios opostos à decisão desta relatoria que negou provimento ao agravo em recurso especial, sob os seguintes fundamentos: (a) incidência das Súmulas n.7 do STJ e 282 e 356 do STF, e (b) falha na comprovação do dissídio jurisprudencial.

Em suas razões, alega a embargante, em síntese (e-STJ fl. 359):

1. Houve a sucessão entre empresas, sem ficha de breve relato, nos moldes preconizados no artigo 133 do CTN porque apresentando-se a sucessora inicialmente como União-Veкол e depois apenas como Veкол que se instalou desde logo no mesmo local, utilizando o acervo material, o ponto, além da clientela na cidade de Piracicaba;
  2. Citados regularmente União de Veículos inativa e seu sócio Maks Weiser inclusão no polo passivo e porque revéis;
  3. “Maks Weiser Veículos” não faz parte da relação processual;
  4. No tocante à divergência e à tese defendida, o fundamento básico é a aplicação direta do artigo 133 do CTN porque se aplicado aos Entes Públicos, como negar sua aplicação aos cidadãos?
- Embora excluída a aplicação do Código de Defesa de Consumidor pela preclusão permanece o princípio inafastável da cidadania que ele preconiza;
5. Os precedentes que fundamentam a tese referida foram juntados na íntegra nestes Autos, destacando-se o AgRg nº 33223 desse E. STJ revelando que a jurisprudência se inclina em abono ao ora pleiteado nestes Autos.

Ao final, requer o acolhimento do recurso.

A embargada apresentou impugnação (e-STJ fls. 364/368).

É o relatório.

Decido.

Não há nenhum vício no julgamento de fls. 348/350 (e-STJ).

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

Ademais, os aclaratórios, em regra, não permitem re julgamento da causa, sendo certo que o efeito modificativo apenas é possível em hipóteses excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado.

Sob esse enfoque, confirmam-se os seguintes precedentes da Corte Especial:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. DECISÃO QUE APLICA A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

## GERAL. EMBARGOS REJEITADOS.

I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade. Não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeita-se o recurso integrativo.

II - Consoante jurisprudência firmada por esta Corte Superior, a tempestividade dos recursos é aferida quando do protocolo na secretaria do Tribunal e não da entrada na agência dos correios.

III - Ademais, embora o embargante tenha juntado comprovante da entrega em Brasília, no dia 14/01/2013, não há comprovação de que tenha sido, na mesma data, entregue na secretaria deste Tribunal. Não tendo sido, inclusive, juntado até o presente momento os originais do recurso interposto.

IV - Embargos rejeitados.

(EDcl no AgRg no ARE no AgRg nos EDcl no RE no Ag n. 1.423.681/BA, Relator Ministro GILSON DIPP, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/9/2013, DJe 25/9/2013.)

## SEGUNDOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. TELEFONIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 182. AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. PEDIDO DE EFEITOS INFRINGENTES. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO.

À mingua dos vícios previstos no art. 535 do CPC e não sendo a via escolhida meio de resposta a questionamentos da partes, é de se ter como inviável a oposição, alertando ao embargante para a aplicação de multa processual caso persista o intuito de adiar a conclusão da causa.

Embargos rejeitados.

(EDcl nos EDcl no AgRg nos EAREsp n. 220.572/SP, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, julgado em 1º/7/2013, DJe 1º/8/2013.)

Cumpre salientar que a decisão embargada foi clara em afirmar a falta de prequestionamento do art. 28 do CDC, a inviabilidade de analisar a tese de legitimidade passiva da recorrida, por depender de reexame de provas, e a falha na comprovação do dissídio jurisprudencial.

Assim, não se constata nenhuma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração. Ao contrário, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado.

Ante o exposto, REJEITO os embargos declaratórios.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator